

DF - Codeplan

Codeplan assina contrato de gestão e passa a cobrar por serviços prestados

GAZETA MERCANTIL

07 ABR 1998

Por exigência da União, estatal deixa de depender do Orçamento do DF

Mauro Zanatta
de Brasília

O empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Metrô da cidade continua encalacrado. Apesar disso, o governo do Distrito Federal procura cumprir parte de suas obrigações acordadas com o governo federal no protocolo de intenções, assinado em outubro de 1997.

Dentro dessas exigências, a secretaria da Fazenda anuncia a assinatura do primeiro protocolo de contrato de gestão com uma empresa estatal. A medida atende a imposição dos técnicos do Ministério da Fazenda.

A Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) passa a ser agora uma prestadora de serviços do governo local e não receberá mais nenhum centavo do Orçamento fiscal para cobrir seus eventuais déficits de balanço. Na teoria, isso significa o fim da dependência financeira dos cofres do governo.

Pesquisas como a PED (emprego e desemprego), ICV (custo de vida), opinião e sócio-econômicas passam a ser vendidas ao governo. Além disso, a Codeplan prestará serviços de informação sobre demografia, estatísticas, cálculos do PIB, balança comercial, finanças públicas, potencialidades dos municípios do Entorno, suporte gerencial, consultoria tecnológica, apoio à Internet, desenvolvimento de sistemas e aplicativos, sistema cartográfico, serviços gráficos e o Seaci (atendimento ao cidadão).

Em 1996, a Codeplan recebeu R\$ 21,219 milhões como forma de subsídio para pagamento de sua folha de pessoal e outros R\$ 15,184 milhões por serviços prestados ao governo local. O contrato de gestão fixa esses tetos para o pagamento de produtos e serviços da Codeplan.



Jorge Haroldo Martins

“Esse processo nos dará autonomia e liberdade. Com certeza, teremos maior transparência na relação empresa estatal e governo por conta das metas acordadas”, diz Jorge Haroldo Martins, presidente da Codeplan até a assinatura do contrato. “O relacionamento com o funcionalismo também muda porque teremos um grau maior de coesão interna e engajamento. Isso nos permitirá um gerenciamento mais moderno da empresa”, afirma Martins, que se desincompatibilizou do cargo na última sexta-feira para disputar um mandato na Câmara Legislativa.

A partir de agora, estatal se compromete também a apresentar estudo para redução dos custos em pelo menos 5% do valor atual. Em 1998, o governo local deve desembolsar R\$ 30,857 milhões com a prestação de serviços da Codeplan. A realização da PED, por exemplo, custará R\$ 2,446 milhões aos cofres do governo. O ICV, outros R\$ 1,935 milhão e o gerenciamento do Seaci mais R\$ 4,014 milhões.

Balanço

Ao mesmo tempo em que anuncia o contrato de gestão, a Codeplan comemora os resultados financeiros de 1997. A empresa apurou lucro líquido de R\$ 882,2 mil no exercício. O lucro antes do desconto do Imposto de Renda e da contribuição social atingiu R\$ 1,102 milhão. Em

1996, o lucro líquido bateu em R\$ 5,401 milhões e o lucro antes do IR chegou a R\$ 6,256 milhões.

O desempenho financeiro mais modesto no ano passado pode ser explicado, segundo Martins, pelo expurgo de vários contratos da carteira da Codeplan. “É um lucro pequeno, mas que passou por uma depuração em nossas receitas. Nosso equipamento de grande porte no processamento de dados ficou defasado. Estávamos prestando serviços de má qualidade aos outros órgãos do governo. Por isso, decidimos não prestar um serviço ruim só para manter uma receita duvidosa”, afirma.

A receita operacional bruta caiu de R\$ 15,184 milhões em 1996 para R\$ 11,957 milhões em 1997. A receita líquida também registrou queda de 13,722 milhões para R\$ 10,794 milhões.

Para se contrapor ao resultado mais acanhado, a Codeplan exhibe outros números de sua saúde financeira. O patrimônio líquido, segundo o balanço de 1997, bateu em R\$ 6,721 milhões. (Cont. Pág. 3)

WSP

Brasília-Rio
Vôo 285 - 10h40 - Dom a 6ª
Vôo 287 - 19h10 - Dom a 6ª

Rio-Brasília
Vôo 286 - 08h35 - Dom a 6ª
Vôo 284 - 17h00 - Dom a 6ª

Brasília-SP
Vôo 205 - 10h30 - 2ª a 6ª
Vôo 201 - 19h00 - 2ª a 6ª
Vôo 203 - 19h00 - Domingo

SP-Brasília
Vôo 204 - 17h00 - 2ª a 6ª
Vôo 200 - 08h30 - Dom a 6ª

Ligue Grátis 0800 99 82 77

DF Codeplan

Codeplan assina contrato de gestão e passa a...

e. 12

Mauro Zanatta
de Brasília

(Continuação da Primeira Página)

Em 1995, a empresa registrou patrimônio de apenas R\$ 387,2 mil. O índice geral de liquidez da companhia saltou de 0,80% em 1995 para 2,48% em 1997. "Estamos hoje numa situação real. Antes, a empresa era uma massa falida com um passivo trabalhista de R\$ 40 milhões. Pela primeira neste governo, fechamos o ano sem débito com fornecedores ou impostos atrasados", diz Sandra Santos Dantas, diretora administrativa e financeira da Codeplan.

O grande problema da empresa era mesmo esse passivo. Durante anos, diz Sandra, a companhia não pôde adquirir

patrimônio com receio de ver seus bens bloqueados. "Tudo era alugado. Os computadores, o prédio, tudo. Até agora, investimos R\$ 1 milhão nesses equipamentos. Para 1998, pre vemos aplicar exatos R\$ 2,970 milhões", afirma a diretora. No mês passado, a companhia fechou um acordo com os ex-funcionários e pagará apenas R\$ 4 milhões dos R\$ 40 milhões. Detalhe: parcelados em seis anos.

A empresa também passou por um enxugamento de seus quadros. O número de funcionários caiu de 820 em 1995 para 600 empregados em 1997.

Hoje, a empresa tem ativos totais de R\$ 10,103 milhões em 1997 contra R\$ 12,776 milhões em 1996.